



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

---

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP**

#### **MENOR PREÇO POR ITEM**

**FORNECIMENTO, CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA DE CABOS ELÉTRICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PARA SEREM UTILIZADOS EM AÇÕES DE MANUTENÇÃO NAS ESTAÇÕES DE BOMBEAMENTO DOS PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO DE PROPRIÁ, COTINGUIBA/PINDOBA E BETUME, LOCALIZADOS NOS MUNICÍPIOS DE PROPRIÁ, CEDRO DE SÃO JOÃO, TELHA, NEÓPOLIS, JAPOATÃ, ILHA DAS FLORES E PACATUBA, NO ESTADO DE SERGIPE, ÁREA DE ATUAÇÃO DA 4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL, DISTRIBUIDOS EM 07(SETE) ITENS.**

**Setembro / 2021**



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

**ÍNDICE**

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO .....	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES .....	4
3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	5
4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE.....	6
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS .....	6
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	7
7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	7
8. PROPOSTA FINANCEIRA.....	8
9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO .....	8
10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	9
11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS .....	9
12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	10
13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	10
14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS .....	10
15. FISCALIZAÇÃO.....	11
16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	<u>12</u>
17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	12
18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF .....	13
19. GARANTIA DOS MATERIAIS.....	13
20. MATRIZ DE RISCO .....	13
21. CONDIÇÕES GERAIS .....	14
22. ANEXOS.....	14



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa para o **FORNECIMENTO, CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA DE CABOS ELÉTRICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PARA SEREM UTILIZADOS EM AÇÕES DE MANUTENÇÃO NAS ESTAÇÕES DE BOMBEAMENTO DOS PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO DE PROPRIÁ, COTINGUIBA/PINDOBA E BETUME, LOCALIZADOS NOS MUNICÍPIOS DE PROPRIÁ, CEDRO DE SÃO JOÃO, TELHA, NEÓPOLIS, JAPOATÃ, ILHA DAS FLORES E PACATUBA, NO ESTADO DE SERGIPE, ÁREA DE ATUAÇÃO DA 4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL, DISTRIBUIDOS EM 07(SETE) ITENS.**

### ITENS:

PLANILHA DE QUANTIDADES				
ITENS DE AMPLA CONCORRENCIA, ABERTO A TODAS AS EMPRESAS				
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE
1	408532	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 240 mm2, 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar).	m	225
2	408535	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 150 mm2, 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	1.650
3	458507	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 120 mm2, 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	450
4	458512	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 95mm2, 1 kv / 90° C.	m	600
5	458518	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 70mm2, 1kv / 90° C.	m	1200



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

COTA DE 25% - ITENS RESERVADOS PARA ME E EPP				
6	408532	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 240 mm2, 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar).	m	75
7	408535	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 150 mm2, 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	550
8	458507	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 120 mm2, 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	150
9	458512	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 95mm2, 1 kv / 90° C.	m	200
10	458518	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 70mm2, 1kv / 90° C.	m	400
ITENS EXCLUSIVO PARA ME E EPP				
11	458495	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 185 mm2, 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	150
12	458461	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 50mm2, 1 kv / 90° C.	m	800

## 2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**TERMO DE REFERÊNCIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada na Avenida Beira Mar nº 2150, Jardins, em ARACAJU/SERGIPE, em cuja jurisdição territorial localiza-se o fornecimento objeto deste Termo de Referência.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**CATMAT** – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**CATSERV** - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução do fornecimento.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos serviços.

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – representação gráfica da programação total do fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para entrega do equipamento, aliados ao preço.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semi-fabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semi-fabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

**PROPOSTA FINANCEIRA** – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global do fornecimento.



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

**SIASG** - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

### **3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**3.1. Forma de Realização: Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços - SRP**

**3.2. Critério de Julgamento: O julgamento será feito pelo critério do Menor Preço para cada um dos Itens relacionados no Item 01 deste TR.**

**3.3. Modo de disputa e valor do intervalo mínimo entre os lances:** O modo de disputa desta licitação será aberto, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

### **4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE**

**4.1.** Os materiais, objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues no pátio da Oficina de São Vicente, povoado São Vicente, localizado no Município de Propriá, no Estado de Sergipe.

**4.2.** A Oficina de São Vicente, está localizado a cerca de 3,0 km da cidade de Propriá, na Região do Baixo São Francisco, no Estado de Sergipe. O acesso ao município de Propriá é feito pela BR 101 e em seguida pela rodovia SE-200.

**4.3.** O meio de transporte e o acondicionamento dos Itens objeto deste pregão deve ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas à vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos materiais transportados.

### **5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS**

**5.1.** O objeto do presente pregão compreende o fornecimento de 3.250m de cabos de cobre isolado EPR e 3.000m de cabos de cobre isolado HEPR, nas quantidades respectivas informadas no item 01 deste TR, com a carga, o transporte e a descarga dos cabos para atender aos perímetros de irrigação de Propriá, Cotinguiba/Pindoba e Betume, localizados nos municípios de Propriá, Telha, Cedro de São João, Japoatã, Neópolis, Ilha das Flores e Pacatuba, no Estado de Sergipe.

**5.2.** A descrição do fornecimento consta da Planilhas de Quantidade e Preços Orçado, e nas Especificações Técnicas – Anexos II e III deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observadas criteriosamente pelas licitantes.

**5.3.** A instalação dos materiais e supervisão de instalação não fazem parte do Escopo de Fornecimento.

**5.4.** A CODEVASF não dispõe no local da entrega nem de equipamentos, nem de pessoal para as atividades de descarga dos materiais a serem adquiridos, devendo ser avisada via fax/e-mail, com antecedência devida



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

(até 3 dias) a previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

5.5. A descarga dos materiais, no local indicado no Item 4, é de responsabilidade da licitante e a CODEVASF não fornecerá os equipamentos de manuseio

5.6. O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.

5.7. Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

## **6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais, individuais e que atendam as exigências do TR e seus anexos.

6.1.1. As empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais, obedecido a legislação vigente.

6.1.2. As propostas serão aceitas somente para os itens da Planilha de Quantidades e Preços Orçados, constante do Anexo II deste Termo de Referência, que compõe o objeto da licitação. Cotações para itens diferentes não serão aceitas, implicando na desclassificação da proposta

### **6.2. CONSÓRCIO**

6.2.1. Não será permitida a participação de consórcio.

### **6.3. SUBCONTRATAÇÃO**

6.3.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação

### **6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

6.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderá participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015. por meio de **reserva de cota no percentual de 25% (vinte e cinco por cento)** dos itens cujos valores totais ultrapassem 80 (oitenta) mil reais, regra aplicada aos **itens 06 a 10 da Planilha Orçamentária (ANEXO II)**, e **de maneira exclusiva**, para os itens cujos valores totais sejam menores ou iguais a 80 (oitenta) mil reais, sendo aplicado aos **itens 11 e 12 da Planilha Orçamentária (ANEXO II)**.

## **7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA**

7.1. O atestado de visita ao local do fornecimento **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade da licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

7.1.1. Os custos de visita ao local onde será entregue os materiais correrão por exclusiva conta da licitante.

7.1.2. Em caso de dúvidas sobre onde será entregue os materiais objeto desse Termo de Referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Irrigação da 4ª SR da CODEVASF, em Aracaju, no estado de Sergipe, nos telefones: (79) 3194-4213.

## **8. PROPOSTA FINANCEIRA**

8.1. As propostas financeiras deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante do bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos materiais ofertado, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
- c) Planilha de preços unitário e total ofertados para os materiais, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo V, que é parte integrante deste Termo de Referência.
- d) Cronograma físico-financeiro, detalhando mês a mês, das fases de transporte, entrega dos materiais no local da entrega;

8.1.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

8.1.2. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e de campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.1.3. Para efeito do disposto no subitem acima a licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos materiais no pátio da Oficina de São Vicente, povoado São Vicente, localizado no Município de Propriá, no Estado de Sergipe, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

8.1.4. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço para cada um dos ITENS, conforme critérios acima estabelecidos.

## **9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

### **9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**





**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

9.1.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

9.1.2. Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos materiais, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações da licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outras licitantes que ofertarem materiais dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, Anexo III deste Termo de Referência.

9.1.3 A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos realizados de forma a permitir a constatação da experiência da licitante no fornecimento de bens similares ao objeto da licitação;
- b) A licitante deverá apresentar catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos materiais objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:
  - b1) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos materiais, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
  - b2) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos da licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta;

9.1.3.1. Caso a licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, a mesma deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito a aprovação pela Codevasf.

## **10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A Codevasf se propõe a pagar pelo fornecimento, objeto desta licitação, o valor máximo global de R\$ **802.552,00** (Oitocentos e dois mil, quinhentos e cinquenta e dois reais), a preços de Maio de 2021, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II deste termo de Referência.

10.1. A Fonte de recursos orçamentários da CODEVASF será definida na etapa de formalização do contrato, conforme o Art. 7º, § 2º, do Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

## **11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS**

11.1. O prazo para vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, contado a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, sendo 60 (sessenta) dias consecutivos o prazo de execução do objeto deste TR, acrescido de mais 30 (trinta) dias consecutivos para expedição do Termo de Encerramento Físico do fornecimento.



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

## **12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

12.1. O pagamento, objeto desta licitação, será efetuado em reais, com base no preço unitário de cada Item, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme legislação vigente:

12.2. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada, conforme estabelece o Art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93.

## **13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

13.1. O preço para este fornecimento será fixo e irrevogável.

## **14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DO FORNECIMENTO**

14.1. Após o término do fornecimento objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à CODEVASF, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

14.2. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
  - b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

14.2.1. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

14.2.2. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

14.2.3. A CODEVASF rejeitará, no todo ou em parte o fornecimento de qualquer dos ITENS que esteja em desacordo com o contrato.

14.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os materiais rejeitados.



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

14.4. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica; e
- b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);

14.5. Aceitos e aprovados o fornecimento, a CODEVASF emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA.

14.6. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre a execução do objeto contratado.

14.7. A fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

## **15. FISCALIZAÇÃO**

15.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução do fornecimento será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados na forma do Art.º 67, da Lei 8.666/93, a quem compete verificar se a Licitante vencedora está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

15.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a Licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

15.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimento que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

15.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à 4ª Superintendência Regional, responsável pela execução do contrato.

15.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

15.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à 4ª Superintendência Regional, da CODEVASF, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

15.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

15.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

prestados pela licitante vencedora, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

## **16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

16.1. A licitante vencedora deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produto sustentável ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

16.2. A licitante vencedora deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.

16.3. Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta da licitante vencedora. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

16.4. Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitui as exigências do item 16.2 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

## **17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

17.1. A licitante fica obrigada a garantir a qualidade e confiabilidade de todos os materiais fornecidos.

17.1.1. A licitante, para demonstrar confiabilidade dos materiais a serem fornecidos, deverá apresentar uma ou mais declarações de fornecimento com as características técnicas mínimas solicitadas na comprovação de experiência específica exigida acima, apresentando o seguinte:

- Características dos materiais
- Local de instalação
- Nome e endereço do cliente



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

17.1.2. A confiabilidade dos materiais será avaliada com base nas declarações sobre experiências de campo fornecidas junto com a proposta para os materiais, com as características técnicas mínimas às solicitadas no item 01

17.2. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

#### **18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

18.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

18.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

18.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

18.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

18.5. Rejeitar todo e qualquer Item de fornecimento que sejam inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

18.6. Emitir parecer para liberação da fatura, e receber o fornecimento contratado.

18.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

#### **19. GARANTIA DOS MATERIAIS**

19.1. A garantia consta das Especificações Técnicas – Anexo III, parte integrante deste Termo de Referência.

#### **20. MATRIZ DE RISCO**

20.1. A matriz de risco está apresentada no Anexo VI deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.

20.2. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz é da CODEVASF.

20.3. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

20.4. Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.

20.5. A CONTRATADA tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

20.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.

20.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

20.8. A CONTRATADA somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.

20.9. Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

20.10. A referida matriz de risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

## **21. CONDIÇÕES GERAIS**

21.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

## **22. ANEXOS**

22.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I - Justificativas
- Anexo II – Planilha de Quantidades e Preços
- Anexo III – Especificações Técnicas
- Anexo IV – Modelo de Termo de Proposta
- Anexo V – Modelo de Planilha de Preços (Proposta Financeira)
- Anexo VI - Matriz de Risco

Responsável pela Elaboração:

Em, 15 de setembro de 2021

Lindomar Leitão de Assis  
ADR / 4ª GRI



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

## ANEXO I

### JUSTIFICATIVAS

#### **Justificativas:**

#### **Da necessidade da contratação**

A intervenção da Codevasf/4ªSR, ao longo de toda sua história no estado de Sergipe, foi em maior intensidade, nos perímetros irrigados de Propriá, Cotinguiba/Pindoba e Betume, e tinha sua abrangência de atuação somente em 28 municípios que se situam na bacia hidrográfica do rio São Francisco, no Estado de Sergipe. Os 3(três) perímetros possuem mais de 40 anos de operação e ao longo de muito tempo não foi beneficiado com a manutenção de itens do sistema elétrico, seja de foram preventiva ou mesmo corretiva

A realização de ações de manutenção dos materiais/equipamentos apropriados para a execução das tarefas de rotina de manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum dos perímetros irrigados contribui, significativamente, para reduzir os seus custos operacionais, viabilizar a execução dos serviços essenciais de forma programada e nos períodos mais adequados. Por outro lado, está bastante evidenciado que os pequenos produtores, assentados nas várzeas inundáveis Sergipana, não conseguem obter recursos próprios para adquirir todos materiais que são imprescindíveis para executar diretamente a manutenção da infraestrutura de uso comum dos perímetros irrigados, no caso em tela as Estações de Bombeamento e casas de comando .

A Fonte de recursos orçamentários da CODEVASF para atender à presente licitação será definida na etapa de formalização do contrato, conforme o Art. 7º, § 2º, do Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

Considerando a demanda dos perímetros implantados, no Estado de Sergipe há necessidade de dotar a Empresa com alguns materiais elétricos que possam dar suporte às ações de manutenção e a respectiva operação dos sistemas elétricos .

Justifica-se, então como razão de interesse público, a aquisição dos cabos elétricos, descritos no Item 1, objeto da presente licitação, por suprir a carência do apoio requerido na manutenção dos perímetros irrigados e assegurar a continuidade da exploração dos lotes irrigáveis.

Motivação da contratação, informar para fins de instrução do processo:

- a) benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação;  
A intervenção da CODEVASF no Baixo São Francisco Sergipano foi motivada pela necessidade de mitigar os efeitos da desestruturação do sistema produtivo praticado nas várzeas inundáveis, em decorrência da construção da barragem de Sobradinho, e resultou na implantação dos Perímetros de Irrigação de Propriá, Cotinguiba-Pindoba e Betume. Com a implantação desses projetos, foi viabilizada a exploração contínua de 6.253 hectares, beneficiando diretamente cerca de 1.527 famílias de produtores.
- b) conexão entre a contratação e o planejamento existente;  
Atualmente a Codevasf/4ª SR possui 05 Estações de Bombeamento no perímetro Propriá, 16 no DICOP e 09 no perímetro Betume, com vida útil de muitos materiais chegando ao fim, o que tem ocasionado elevados custos de manutenção, além da incapacidade para o atendimento das demandas





**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

provenientes das ações de operação e manutenção das EB's dos perímetros irrigados sob a sua jurisdição, então a efetivação do processo licitatório é necessário.

**Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO**

A adoção do Pregão Eletrônico visa ampliar a eficiência nesta contratação, bem como a competitividade entre os licitantes. Também busca assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Ademais, justifica-se o uso do Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços – SRP considerando a imprevisibilidade do quantitativo a ser adquirido, do momento da celebração do contrato como também da imprevisibilidade dos recursos orçamentários que serão alocados para as referidas aquisições.

**Do procedimento licitatório: Sistema de Registro de Preço – SRP**

Para viabilizar diversas contratações sucessivas, sem a realização de um específico procedimento licitatório para cada uma delas, permitindo assim o fornecimento de materiais de forma parcelada, agilizando as contratações e evitando a formação de estoques, os quais geram um custo de manutenção muito grande, sem contar no risco de que tais bens possam vir a perecer ou a se deteriorar.

**Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP): Não**

É incomum em nossos SRP outros órgãos ou entidades apresentarem proposta para participar. Conceder um prazo mínimo de oito dias úteis e depois não haver participação, afeta a celeridade do procedimento e afigura-se oportunidade sem efetividade. Ademais, caso haja interesse de outros órgãos ou entidades, poderá aderir à ATA de registro de preços posteriormente, o que não proporciona prejuízos aos potenciais interessados.

**Modo de Disputa:** Aberto com orçamento público.

Observando o princípio da publicidade. Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU: “Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.”

**Natureza dos bens:**

Informamos que os materiais, objeto desta licitação, se classificam como materiais comuns, tendo em vista que se enquadram em padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, cujas características estão descritas no Termo de Referência.

**Permite Participação de Consórcios:**

**Não:** A logística necessária para cumprimento do objeto desta licitação não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, consequentemente uma única empresa tem plena condição de oferecer os materiais a serem licitados, portanto não há justificativa plausível para a formação de consórcios.

**Permite Subcontratação:**





**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

---

**Não.** O objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, motivo pelo qual não se justifica a subcontratação.

**Critério de Julgamento:**

Menor preço por Item, conforme estabelecido no item 3.3. do TR. A administração pública deve sempre perseguir a aquisição de bem ou serviço que tenham menor preço, porém deve exigir condições técnicas mínimas aceitáveis e adequadas ao interesse público e às demandas que terá de atender.

**Sustentabilidade Ambiental:**

Serão atendidos os requisitos previstos na legislação aplicável.

**Garantia do Objeto:**

A garantia do objeto deverá ser de, no mínimo, um ano, a partir da data de entrega dos materiais no local especificado na Ordem de Fornecimento, contra qualquer defeito de material ou de fabricação dos mesmos..

**Garantia de Execução do Contrato (caução):** 5% (cinco por cento) do valor contratado.

É necessário para fins de emissão da Ordem de Fornecimento que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

**Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP:**

O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar deverão ser submetidos a análise e aprovação pelo Comitê de Gestão da 4ª SR.

**Justificativa de reserva de cota de 25% (vinte e cinco) por cento:**

Considerando que o objeto da presente licitação é dividido em itens, e não haverá prejuízo para o conjunto do fornecimento, será permitido cotas de até 25% (vinte e cinco) por cento, conforme planilhas de quantidades, anexas. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF

## ANEXO II

## PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS ORÇADOS

ITENS DE AMPLA CONCORRENCIA, ABERTO A TODAS AS EMPRESAS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL(R\$)
1	408532	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 240 mm <sup>2</sup> , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar).	m	225	283,75	63.843,75
2	408535	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 150 mm <sup>2</sup> , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	1.650	155,6	256.740,00
3	458507	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 120 mm <sup>2</sup> , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	450	142	63.900,00
4	458512	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 95mm <sup>2</sup> , 1 kv / 90° C.	m	600	113,02	67.812,00
5	458518	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 70mm <sup>2</sup> , 1kv / 90° C.	m	1.200	80,6	96.720,00
<b>SUBTOTAL 01 (R\$)</b>						<b>549.015,75</b>
COTA DE 25% - ITENS RESERVADOS PARA ME e EPP						
6	408532	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 240 mm <sup>2</sup> , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar).	m	75	283,75	21.281,25



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

7	408535	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 150 mm <sup>2</sup> , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	550	155,6	85.580,00
8	458507	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 120 mm <sup>2</sup> , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	150	142	21.300,00
9	458512	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 95mm <sup>2</sup> , 1 kv / 90° C.	m	200	113,02	22.604,00
10	458518	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 70mm <sup>2</sup> , 1kv / 90° C.	m	400	80,6	32.240,00
<b>SUBTOTAL 02 (R\$)</b>						<b>183.005,25</b>
<b>ITENS EXCLUSIVO PARA ME e EPP</b>						
11	458495	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 185 mm <sup>2</sup> , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	150	182,74	27.411,00
12	458461	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 50mm <sup>2</sup> , 1 kv / 90° C.	m	800	53,9	43.120,00
<b>SUBTOTAL 03 (R\$)</b>						<b>70.531,00</b>
<b>TOTAL (01+02+03) - (R\$)</b>						<b>802.552,00</b>

**OBS:** Os preços unitários foram obtidos através do sistema de preços ORSE, cuja data dos preços é de maio de 2021. As planilhas do ORSE, com as cotações de preços dos itens acima, foram juntadas ao processo digital.



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

---

ANEXO III  
**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

## **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **1. CONDIÇÕES GERAIS**

#### **1.1 OBJETIVO**

Estas Especificações Técnicas têm por objetivo estabelecer as condições mínimas necessárias para a aquisição dos cabos elétricos que serão aplicados na manutenção preventiva e corretiva dos Perímetros de Irrigação Propriá, Cotinguiba/Pindoba e Betume, localizados nos municípios de Propriá, Telha, Cedro de São João, Japoatã, Neópolis, Ilha das Flores e Pacatuba, no Estado de Sergipe.

#### **1.2. REFERÊNCIA**

Os cabos a serem fornecidos deverão atender obrigatoriamente às normas pertinentes à sua fabricação e uso, editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e INMETRO.

#### **1.3. CONDIÇÕES GERAIS**

##### **1.3.1. Geral**

Os materiais fornecidos devem incorporar, tanto quanto possível, as mais recentes técnicas, de fabricação, mesmo que tais condições não sejam mencionadas nesta.

##### **1.3.2. Garantia**

O fabricante deve dar garantia de 12 meses, a partir da data de entrega dos materiais no local especificado na Ordem de Fornecimento, contra qualquer defeito de material ou de fabricação dos mesmos. Se necessário, deverá substituir os mesmos sem ônus para a CODEVASF.

### **2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS**

#### **2.1. OBJETO**

As presentes Especificações Técnicas visam estabelecer as condições necessárias e fornecer informações para elaboração de propostas, visando o fornecimento de cabos elétricos, conforme descritos no item 01 do Termo de Referência, visando atender as ações de manutenção dos Perímetros Irrigados de Propriá, Cotinguiba/Pindoba e Betume, localizados nos municípios de Propriá, Telha, Cedro de São João, Japoatã, Neópolis, Ilha das Flores e Pacatuba, no Estado de Sergipe.

#### **2.2. DADOS TÉCNICOS:**



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

---

**Características mínimas exigidas dos materiais a serem fornecidos:**

- Todos os materiais deverão ser fornecidos novos e em perfeitas condições de utilização, não sendo aceito materiais danificados e/ou obsoletos;
- O deslocamento dos materiais deverá obedecer às recomendações do fabricante no que se refere aos cuidados de transporte, carga, descarga e quantidade máxima de empilhamento;
- Durante as operações de carga e descarga dos materiais, deve ser evitado o manuseio brusco, disposição em balanço, bem como o contato com superfícies e peças metálicas, salientes e perfurantes;
- Quando forem descarregados deve ser evitado arraste, tombo e lançamento ao solo.
- Quando da entrega dos materiais, deverá ser disponibilizado o **Termo de Garantia** destes, por um período de pelo menos 01 (um) ano após a sua entrega.

**3. LINGUAGEM E SISTEMA DE UNIDADES**

A linguagem a ser utilizada em toda a documentação será em português.



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

---

ANEXO IV

**MODELO DE TERMO DA PROPOSTA**  
(PROPOSTA FINANCEIRA)



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

## **TERMO DA PROPOSTA**

### **DADOS DO PROPONENTE**

**RAZÃO SOCIAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**FONE/FAX:**

**À**

**CODEVASF**

**AVENIDA BEIRA MAR 2150**

**JARDINS**

**CEP 49025-040 – Aracaju-SE.**

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital n.º ---/2021 e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para o fornecimento relativo à \_\_\_\_\_, da área de jurisdição da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado de Sergipe, pelo valor global de R\$ \_\_\_\_\_, (VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS), de acordo com a planilha de preço em anexo, que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar o fornecimento no prazo fixado no Edital e conforme Especificações Técnicas, a contar da data da assinatura do contrato.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o fornecimento no prazo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, a contar da data de assinatura do Contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas, ou seja, \_\_/\_\_/\_\_, representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à CODEVASF o Sr. \_\_\_\_\_, carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, ao qual outorgamos





**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

---

os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa.

Atenciosamente,

---

FIRMA LICITANTE/CNPJ

---

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

ANEXO V

**MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS**  
(PROPOSTA FINANCEIRA)

ITENS DE AMPLA CONCORRENCIA, ABERTO A TODAS AS EMPRESAS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL(R\$)
1	408532	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 240 mm2, 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar).	m	225		
2	408535	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 150 mm2, 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	1.650		
3	458507	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 120 mm2, 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	450		
4	458512	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 95mm2, 1 kv / 90° C.	m	600		
5	458518	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 70mm2, 1kv / 90° C.	m	1.200		
SUBTOTAL 01 (R\$)						



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

<b>COTA DE 25% - ITENS RESERVADOS PARA ME e EPP</b>						
6	408532	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 240 mm <sup>2</sup> , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar).	m	75		
7	408535	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 150 mm <sup>2</sup> , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	550		
8	458507	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 120 mm <sup>2</sup> , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	150		
9	458512	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 95mm <sup>2</sup> , 1 kv / 90° C.	m	200		
10	458518	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 70mm <sup>2</sup> , 1kv / 90° C.	m	400		
<b>SUBTOTAL 02 (R\$)</b>						
<b>ITENS EXCLUSIVO PARA ME e EPP</b>						
11	458495	Cabo de Cobre isolado EPR, flexível, 185 mm <sup>2</sup> , 0,6/1kv / 90° C (Eprotenax-G7 ou similar)	m	150		
12	458461	Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 50mm <sup>2</sup> , 1 kv / 90° C.	m	800		
<b>SUBTOTAL 03 (R\$)</b>						
<b>TOTAL (01+02+03) - (R\$)</b>						



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

---

ANEXO VI

**MATRIZ DE RISCO**



**Ministério do Desenvolvimento**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

### MATRIZ DE RISCO – AQUISIÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS

Risco	Definição	Alocação (CODEVASF, Contratada ou Compartilhada)	Impacto (Alto, médio ou baixo)	Probabilidade (frequente, provável, ocasional, remota ou improvável)	Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar o risco
1 - Entrega em desacordo com as especificações do Edital.	Não verificação pela contratada da especificação dos materiais descritos no Edital.	Contratada	Alto	Remota	Contratada deverá promover imediata substituição do fornecimento e este novo em compatibilidade com a especificação mínima do Edital.
2 - Variação da inflação (IPCA)	Aumento do IPCA médio do período entre a data do recebimento da ordem de fornecimento até a data de entrega em relação a variação do menor e o maior valores no período de 12 meses anteriores a data de apresentação da proposta. (Exemplo: proposta de novembro de 2020 e a inflação de maio de 2020 foi 1,88% e dezembro de 2019 4,52% corresponde uma variação de 40,42%)	Compartilhada	Médio	Provável	Aditivo para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente da diferença acima do valor limite. (Exemplo: Se o IPCA do mês de recebimento da ordem de fornecimento for 4,52% e a média do período a partir do recebimento da ordem de fornecimento for inferior a 4,52% x 1,4042 = 7,61% não correrá aditivo de reequilíbrio, mas se média fosse 7,89% o aditivo seria de 0,79% = 7,89% - 7,61%).
3 - Greve da Receita Federal do Brasil	Greve da Receita Federal nos fornecimentos importados devidamente comprovados os impactos.	CODEVASF	Alto	Remota	Aditivo de prazo.
4 - “Greve de caminhoneiros”	Greve do setor de transporte impedindo o frete.	CODEVASF	Alto	Remota	Aditivo de prazo.
5 - Aumento dos custos	Elevação de taxas e tarifas e	Contratada	Baixo	Ocasional	Empresa renegociar valores



**Ministério do Desenvolvimento**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

de transporte internacional de cargas.	encargos aduaneiros, inclusive frete.				ou arcar com a diferença do frete com a sua transportadora contratada.
6 - Aumento dos custos de fretes.	Aumento das tabelas de fretes e diesel.	Contratada	Médio	Ocasional	Empresa renegociar valores ou arcar com a diferença do frete com a sua transportadora.
7 - Lockdown	Paralisação da cidade, região ou país de origem de fabricação do equipamento ou máquina devido a pandemia, bem como no local de recebimento.	CODEVASF	Alto	Remota	Aditivo de prazo.
8 - Dificuldade de aquisições de matéria-prima.	Aumento dos custos ou atrasos nos fornecimentos de matéria-prima para fabricações.	Contratada	Médio	Ocasional	Empresa renegociar valores com fornecedor ou alterar o mesmo.
9 - Estimativa de prazo de entrega.	Aceitação do prazo de edital para entrega dos fornecimentos e não conseguir cumprir até um limite de 25% superior ao mesmo, sem nenhum fato superveniente previsto nesta matriz de risco para aditivo de prazo.	Contratada	Médio	Ocasional	Recebimento dos materiais pela CODEVASF com a aplicação das sanções previstas no edital.
10 - Interrupção do contrato	Verificação da impossibilidade provisória recebimento dos materiais por parte da CODEVASF.	Compartilhada	Baixo	Remota	Interrupção da contagem do prazo de entrega.
11 – Dano na descarga dos itens de fornecimento	Dano na descarga ou organização dos materiais, na entrega.	Contratada	Médio	Remota	Substituição imediata dos materiais danificados pela Contratada na descarga.
12 – Dano no frete dos itens de fornecimento	Dano durante o transporte dos materiais,	Contratada	Médio	Remota	Substituição imediata dos materiais danificado pela Contratada durante o transporte.
13 – Roubo ou extravio	Roubo da carga ou extravio da	Contratada	Alto	Remota	Aditivo de prazo após a devida



**Ministério do Desenvolvimento**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

de cargas	mesma.				comprovação do fato.
14 – Alterações Tributárias	Mudança na legislação tributária que altere os valores.	CODEVASF	Médio	Remota	Aditivo para reequilíbrio econômico-financeiro ao contrato.
15 - Variação de local de entrega	Mudança no local de entrega da materiais, por interesse da CODEVASF, dentro do previsto no estado de Sergipe.	Compartilhada	Baixo	Ocasional	A CODEVASF deverá avisar quando da emissão da Ordem de Fornecimento e não ocorrerá alteração do valor do preço ofertado por parte da Contratada.
16 – Férias Coletivas	Férias coletivas do fabricante ou fornecedor.	Contratada	Baixo	Frequente	Não será permitido aditivo de prazo.
17 - Variação no prazo de pagamentos	Pagamentos após decorridos 30 (trinta) dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.	CODEVASF	Alto	Provável	A Contratada deverá solicitar o pagamento da atualização monetária conforme o disposto no art. 5, anexo XI da IN 05/2017 e possuir capital de giro para os fornecimentos.



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CODEVASF**

**ANEXO DA MATRIZ DE RISCOS – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

AJU(SE), 16 de setembro de 2021.

**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:**

Lindomar Leitão de Assis  
ADR / 4ª GRI

**DE ACORDO:**

RICARDO MARTINS SANTOS  
GERENTE DA 4ª GRI

**HOMOLOGAÇÃO:**

MARCOS ALVES FILHO  
SUPERINTENDENTE DA 4ª SR